

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ

A **STERIMED CEDRAL SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 08.428.051/0001-20 com sede na Rua Cabo Verde, nº. 443, Jardim do Cedro, CEP 15.895-000, na cidade de Cedral, Estado de São Paulo, e-mail comercial@sterimed.com.br, neste ato representada por sua sócia administradora Nilza de Fátima Andreta Costa, brasileira, casada, empresária, titular da cédula de identidade RG nº 18.555.069 SSP/SP, vem, respeitosamente, com fundamento no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, artigo 3º da Lei 8.666/93, bem como Cláusula 29.1 do presente Edital, **apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.085/2021**, pelos motivos de fato a seguir expostos:

DA TEMPESTIVIDADE

O Edital de Licitação estabelece no item 29.1 o seguinte:

29.1. Qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro com cópia para pregaoeletronico.friburgo@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

A sessão pública está marcada para o dia 17 de novembro de 2021, às 10:00 horas. Dessa forma, deve ser a presente impugnação considerada tempestiva.

DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – RJ está promovendo licitação para registro de preço, na modalidade pregão eletrônico, visando suprir as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, no que diz respeito a contratação de empresas especializadas em esterilização por

óxido de etileno, conforme descrito na Cláusula 2.1 do referido Edital e Cláusula 1.1 do Termo de Referência.

Porém, a exigência do método de esterilização através de óxido de etileno prejudica a competitividade, inerente aos processos licitatórios, e que visa o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Isso ocorre porque existem outros métodos de esterilização regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e que destinam-se ao procedimento de esterilização de materiais médico-hospitalares termossensíveis.

Entre as demais técnicas normatizadas pela ANVISA, encontra-se o VBTF (Vapor a Baixa Temperatura e Formaldeído), técnica utilizada pela empresa requerente e que encontra-se amplamente regulamentada pela norma técnica da ABNT NBR ISO 25424:20121, cujo objeto é a "Esterilização de produtos para a saúde — Vapor de baixa temperatura e formaldeído — Requisitos para desenvolvimento, validação e rotina de controle de um processo de esterilização de dispositivos médicos" e pela RDC 91, de 28 de novembro de 2008.

Por oportuno, tem-se por necessário registrar que a contratação objeto do presente pregão se dá em razão deste órgão licitante não possuir capacidade de processamento de esterilização de seus materiais e produtos em razão da demanda e/ou falta de tecnologia necessária para o processamento destes produtos termossensíveis.

Assim, descartando o processo de esterilização por meio de autoclavação com o uso do vapor d'água a alta temperatura (processo descartado por justificativa técnica), o qual seria mais salubre e indicado, porém inadequado e em desconformidade para esterilização de produtos sensíveis ao calor, que seriam danificados se expostos a altas temperaturas (produtos termossensíveis), tem-se, por certo, que o objeto da presente licitação deveria contemplar TODOS os métodos de esterilização cujo processo contemple um agente esterilizante para a promoção da esterilização em baixa temperatura.

Neste sentido e conforme indiscutível regulamentação expedida pela ANVISA, o objeto da presente contratação deveria contemplar a possibilidade de prestação dos serviços de esterilização através dos dois métodos existentes e regulamentos tecnicamente, quais sejam, o método por VBTF (Vapor a Baixa Temperatura e Formaldeído) de maior segurança e agilidade no processo; e o método por ETO (óxido de etileno), ressaltando ser o ETO o PRIMEIRO MÉTODO DESCOBERTO e mais difundido para a finalidade de esterilização a baixa temperatura, porém se trata de método com grande

geração de resíduos tóxicos ao meio ambiente, maior tempo de processo e de desabsorção do tóxico agente esterilizante, ocasionando consequentemente aumento de riscos e majoração do custo do processo.

De modo a explicar a inexistência de razão técnica que justifique a ilegal restrição do objeto da contratação e vinculação de método, faz-se necessário esclarecer que, por terem grandes câmaras de esterilização, o método que emprega óxido de etileno como agente esterilizante é considerado melhor escolha dos fabricantes que dispõem de grandes tempos para a esterilização apenas de produtos considerados NOVOS, ou seja, que ainda não foram comercializados e colocados em uso, o que não ocorre com os hospitais e centros de saúde, que necessitam da mais breve devolução dos materiais esterilizados.

Nos termos da Portaria 482 de 1999, que regulamenta a utilização do Óxido de Etileno como agente esterilizante, a entrega dos materiais esterilizados em Óxido de Etileno deve respeitar um período mínimo de 72 horas entre a realização da esterilização e sua disponibilização ao uso, sendo este prazo necessário para total eliminação do residual tóxico que fica aderido no material (24 horas para o transporte, limpeza, preparo e empacotamento, esterilização e 48 horas de aeração para remoção do etilenoglicol e etilecloridrina que fica aderido nos materiais).

Por outro lado, os materiais esterilizados por VBTF possuem entrega imediata após a esterilização.

Além disso, é necessário pontuar sobre o potencial danoso do Óxido de Etileno, substância considerada pela Portaria Interministerial nº 482, de 16 de abril de 1999 altamente tóxica, inflamável e explosiva, além de carcinogênico, mutagênico, teratogênico e neurotóxico, o que representa riscos reais e potenciais à saúde dos usuários quando não observados padrões técnicos de segurança ou pela aplicação inadequada do método de esterilização, reesterilização e de reprocessamento.

Portanto, o método de esterilização por VBTF, por questões ecológicas e de segurança aos manipuladores e usuários dos produtos para saúde processados, além da economicidade e maior agilidade no processo faz ser a melhor opção de contratação, sendo o mesmo incontestável quanto sua eficácia e segurança, devendo, portanto, ser contemplado no objeto do edital, sob pena de ilegal configuração de restrição do objeto licitado e restrição da competitividade do certame.

Assim, referida técnica é perfeitamente eficaz para atingir o propósito da licitação previsto na Cláusula 3.2 do Termo de Referência:

3.2 A presente proposição, para contratação de empresa especializada em esterilização por óxido de etileno, justifica-se em razão da necessidade de reúso dos artigos médico-hospitalares passíveis de esterilização, mas que não podem ser esterilizados em autoclave, eis que são termossensíveis, tudo em conformidade com as normas legais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Dessarte, inequívoco que a formulação do objeto da presente licitação se mostra irregular, uma vez que a contratação relacionada ao certame jamais poderia indicar a escolha de um método em detrimento de outros igualmente eficazes e regulamentados pela ANVISA, sendo necessária sua adequação para previsão apenas de "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO PARA MATERIAIS TERMOSSENSÍVEIS".

Ora, com a devida vênia, não existe razão técnica que justifique a escolha/restrrição de contratação apenas por um método de esterilização, quando existem outros, similares em termos de segurança e eficácia, não prejudicial ao meio ambiente, nem aos funcionários e aos usuários, e que, cuja aceitação no certame, ensejaria maior concorrência entre as empresas licitantes, com a possibilidade concreta de economia de recursos para o órgão licitante.

Tanto é assim que, órgãos licitantes considerados referências em termos de atuação em suas rotinas, têm adotado esterilização de seus materiais através do método VBTF, por exemplo: a) Governo Federal do Rio de Janeiro, por meio do Hospital Federal da Lagoa, teve seu edital de Pregão Eletrônico Nº 02/2019, Processo Administrativo n.º33408.449923/2017-99, com objeto da licitação "A contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de Esterilização a baixa temperatura de produtos para saúde passíveis de reuso, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades do Hospital Federal da Lagoa conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos"; b) Instituto Nacional de Cardiologia do Rio de Janeiro, pelo Pregão Eletrônico Nº 51/2021, Processo Administrativo nº 33409.008639/2020-51, que teve seu objeto da licitação "a contratação de serviços de empresa especializada prestação continuada de serviços de esterilização e reprocessamento de artigos hospitalares termossensíveis por meio de processos regulamentados e autorizados pela ANVISA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos"; c) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do Pregão Eletrônico PE-RP SMS 026/18,

Processo Administrativo 09/001.941/2016, que teve como objeto da contratação a “Prestação de Serviços de Reprocessamento de artigos hospitalares termossensíveis, sob o regime de empreitada por preço global”, além da Prefeitura de São Paulo, Hospital das Clínicas e CAISM da Unicamp-SP; entre tantos outros contratos públicos e privados.

Dessa forma, inegável que a exigência do método de esterilização por óxido de etileno afronta a legalidade do certame, visto que compromete de forma severa o princípio da competitividade e da igualdade, podendo acarretar, inclusive, prejuízos à Administração Pública e possível direcionamento, uma vez que não existe razão técnica que justifique tal exigência.

Além disso, a cláusula 20.6, estabelece, ilegalmente, como requisito de habilitação técnica que a licitante deverá apresentar:

“20.6 Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014.”

Por fim, faz-se imperioso pontuar que o Anexo VI do Edital, aparentemente, se mostra inadequado ao conteúdo da contratação pretendida, uma vez que, enquanto o Edital prevê em seu objeto a contratação de “REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses”, referido anexo menciona “REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, aquisição, sob demanda, de OPME – ÓRTESE, PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS para atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses”, além de menção a número de processo e edital divergentes, situação a ensejar incerteza em termos da precisa contratação a ser licitada.

A Representante possui interesse em participar do Certame, porém entende que a exigência de processo de esterilização unicamente através de método com utilização do gás óxido de etileno é restritiva da competitividade do certame, por não se justificar tecnicamente, uma vez que existem outros métodos de esterilização de insumos e materiais médicos hospitalares, igualmente validados cientificamente e com aplicação em diversos hospitais e centros de saúde do país, que em nada diferencia o resultado final da necessidade dos serviços contratados.

Assim, a Representante entende que a exigência de que o processo de esterilização seja realizado exclusivamente através da utilização da substância óxido de etileno é injustificada tecnicamente, restritiva da competitividade do certame e excessiva, podendo ensejar hipotético direcionamento.

Nesse sentido, a Representante entende que restrição do processo de esterilização apenas por meio utilização de Óxido de Etileno se mostra inadequado, pois deveriam ser previstos outros métodos, igualmente validados cientificamente e com aplicação permitida para os serviços que se busca contratar, tais como VBTF.

Portanto as exigências relacionadas ao método de esterilização da presente licitação, violam o princípio da ampla competitividade, restringindo sobremaneira o número de participantes na licitação, gerando grave afronta à legalidade do certame, potencial dano ao erário (uma vez que causa prejuízo à competitividade do certame) e possível direcionamento, uma vez que não existe razão técnica que justifique tal exigência.

De outra banda, a exigência de apresentação do documento mencionado na cláusula 20.6 do Edital (Autorização de Funcionamento da Empresa/AFE) se mostra flagrantemente ilegal, uma vez que referida autorização não é requisito para o desenvolvimento das atividades que se buscam contratar, conforme manifestação expressa da própria ANVISA decorrente de consulta formulada por esta Representante (doc. Anexo).

Por fim, a menção a objeto de contratação no Anexo VI totalmente divergente do relacionado ao Edital, além de gerar incerteza em relação ao serviço contratado, configura flagrante necessidade de retificação do Edital.

Nesse sentido, necessária se faz a presente impugnação, de modo a se evitar a materialização de atos que podem macular a legalidade do certame.

DO DIREITO

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 37, XXI que:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que*

estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Assim, ao analisar o edital em liça, nota-se que é obrigatório que a limitação da igualdade de condições dos concorrentes decorra de exigências de ordem técnica, essenciais ao cumprimento das obrigações, o que não se verifica.

Deste modo, diante da demonstrada existência de outros meios de esterilização tão eficazes quanto o óxido de etileno, percebe-se que a referida exigência não decorre de razões técnicas, sendo ilegal referida limitação.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/93, norteadora do presente Edital determina que:

*Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Corroborando com tal entendimento, a Lei nº 14.133/2021, determina em seu artigo 5º:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de*

setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Indo além, o artigo 3º, II, da Lei n. 10.520/02, que rege as licitações realizadas mediante a modalidade Pregão, por sua vez, é expresso ao vedar “especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.”

Mais ainda, o § 1º do retro citado art. 3º da lei federal 8.666/93, estabelece expressamente vedação de conduta discriminatória, verdadeira espécie do gênero improbidade administrativa, pois geradora de ilegalidade e eventual prejuízo aos cofres públicos:

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;” dn

Já o artigo 9º, inciso I, alínea “a” da nova lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), que igualmente rege as licitações realizadas mediante a modalidade Pregão, por sua vez, é expresso ao vedar “situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.”

Outrossim, a alínea “c” do mesmo artigo 9º, inciso I, estabelece expressamente vedação de inclusão em edital de condição que seja impertinente ou irrelevante para o objeto da contratação:

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

(...)

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;” dn

Note-se que o direcionamento e a exigência de esterilização através de um único processo, quando existem outros processos igualmente eficazes e reconhecidos perante as autoridades sanitárias, fere claramente o dispositivo legal citado, uma vez que há diferentes empresas, prestando os mesmos serviços, através de diferentes métodos de esterilização, todas com especificação técnica, qualidade e desempenho semelhante, não havendo justificativa técnica que embase a exigência de esterilização exclusivamente através da utilização de óxido de etileno, tratando-se, destarte, de verdadeira condição restritiva da competitividade da licitação.

Observa-se, assim, que todos os dispositivos acima elencados foram feridos em razão da exigência de um único método de esterilização dos materiais médico-hospitalares quando existem diversos outros, igualmente eficazes e também normatizados pela ANVISA, especialmente o VBTF.

De bom alvitre salientar que a restrição da competitividade do certame é condição reconhecidamente causadora de danos aos cofres públicos pois, em regra, fomenta contratações por valores superiores aos necessários, situação caracterizadora de responsabilidade administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos no processo de contratação, principalmente quando alertados, situação a ensejar a exclusão da alegação de falta de dolo, requisito excludente de ilicitude penal para fins até mesmo da nova Lei de Improbidade Administrativa.

Além disso, a exigência de especificação técnica irrelevante, que em nada é motivo de diferenciação na execução dos serviços, caracteriza-se direcionamento e verdadeira condição restritiva da competitividade da licitação.

Conforme exposto, a exigência de esterilização exclusivamente por processo de utilização de Óxido de Etileno deve ser retirada do edital ou adequada a padrões técnicos mínimos, possibilitando a esterilização através de outros processos, especialmente o VBTF.

Dessa forma, o edital deve ser ratificado no que diz respeito a tal exigência, pois a restrição da competitividade do certame e consequente limitação dos

participantes pode causar considerável dano ao erário, caracterizado como ato de improbidade administrativa pelo artigo 10, da Lei 8.429/92.

Persistindo-se a configuração atual das especificações do objeto licitado, pode ser configurada a conhecida e reprovável figura da utilização fraudulenta da padronização, que é a fraude ligada a todas as modalidades licitatórias, relacionada às contratações e usualmente utilizada por cartéis e consiste na utilização de padronização de especificações para dispensar indevidamente a licitação ou dirigir o resultado de certame em favor de fornecedor determinado.

Isto porquê, segundo a correta hermenêutica, é vedado pelas normas que regem o procedimento licitatório utilizar-se de sistemas e especificações exageradas, sem haver justificativa técnica.

Portanto, a exigência de especificações técnicas irrelevantes, que em nada são motivos de diferenciação na execução dos serviços, pode configurar direcionamento e verdadeira condição restritiva da competitividade da licitação.

Outrossim, ao inserir como requisito para a habilitação técnica a apresentação de documentação que a própria ANVISA declara não ser obrigatória ao funcionamento de empresa que desenvolve a atividade que se busca contratar (doc. Anexo), este órgão licitante age contrariamente à lei federal 8.666/93.

Conforme disposto na Lei nº 6360/1976 e respectivo Decreto nº 8077/2013 que a regulamenta, empresas que reprocessam produtos para saúde, independente do método de reprocessamento utilizado (VBTF, vapor saturado ou ETO), não caracterizam atividade que justifique a necessidade da Autorização de Funcionamento (AFE) junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não existindo fundamento legal que embase esta eventual solicitação, razão pela qual se impossibilita tal pleito, mesmo que a empresa o quisesse.

Convém esclarecer que apenas empresas que desenvolvam atividades dispostas na citada lei e decreto (o que não é o caso das empresas que desenvolvem a atividade que se busca contratar no presente certame, pois a atividade de esterilização não está mencionada no rol legal), são obrigadas a possuir referida autorização (AFE), conforme segue o disposto na Lei:

“Art.2 - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art.1

as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem". (Lei nº 6360/1976)

No mesmo sentido o Decreto:

"Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no caput". (Decreto nº 8077/2013)

De modo a tornar incontestado referido posicionamento, após consulta formulada por esta empresa, a própria ANVISA declarou expressamente no documento que ora se anexa que:

"não existe previsão legal para a emissão de AFE para a atividade de "esterilização" nos termos da Lei 6360/76, regulamentada pela RDC 16/2014."

Ora, o artigo 27 da Lei 8666/93, é categórico ao estabelecer a documentação que poderá ser exigida quanto à habilitação nos certames. Senão vejamos:

"Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;"

Mais ainda, o artigo 30 da referida Lei 8666/93 dispõe claramente quais serão os documentos passíveis de exigência quanto à habilitação técnica, sendo vedada a inclusão de qualquer exigência que não esteja constando desse elenco:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.”

Note-se que o rol de documentos citados na referida lei é taxativo, ou seja, o Órgão Público não pode exigir qualquer tipo de documentação que não conste expressamente neste artigo e que para a habilitação dos licitantes.

Portanto, é ilegal a exigência feita por este órgão, a qual obriga o licitante a apresentar o documento mencionado na cláusula 20.6 do Edital (Autorização de Funcionamento da Empresa/AFE), uma vez que referida autorização não é requisito para o desenvolvimento das atividades que se buscam contratar, conforme manifestação expressa da própria ANVISA decorrente de consulta formulada por esta Representante (doc. Anexo).

Importante frisar que referida cláusula, flagrantemente ilegal, impede a participação de várias empresas licitantes e, destarte, deve ser fator de anulação da licitação e responsabilização dos agentes públicos envolvidos caso não se proceda à retificação do edital, uma vez que a restrição da competitividade pode ensejar prejuízos ao erário e configurar ato de improbidade administrativa.

Ademais, além de garantir o alcance da proposta mais vantajosa, restou-se demonstrado que o processo licitatório visa garantir a observância do princípio

constitucional da isonomia, o qual pretende firmar a impossibilidade de tratamento desigual injustificado.

Com efeito, importante trazer à baila a magnífica lição do eminente professor Celso Antonio Bandeira da Mello sobre o princípio da igualdade nas licitações, *in verbis*.

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional.

Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório (...¹)”

Nossos Tribunais, em perfeita consonância com o estabelecido no art. 3º, § 1º, I da Lei 8.666/93, vêm reiteradamente decidindo no sentido de ser expressamente proibido que o Edital estabeleça disposições que frustrem ou restrinjam seu caráter competitivo, conforme se infere, por exemplo, dos autos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo números 274/002/09, 275/002/09, 276/002/09, 279/002/09, 300/002/09, 301/002/09, 323/002/09, 326/002/09, dentre outros.

Nestes termos, entende-se que o pedido de retificação do edital justifica-se, também, pela necessidade de garantia do princípio da isonomia, proporcionando, diante da inexistência de razões de ordem técnica, as mesmas condições de participações no certame para empresas que utilizam outros métodos de esterilização, a exemplo do método VBTF, utilizado pela Requerente, bem como que não possuem o documento solicitado na cláusula 20.6 do Edital.

Por fim, faz-se necessário registrar que o Anexo VI do Edital, aparentemente, se mostra inadequado ao conteúdo da contratação pretendida, uma vez que, enquanto o Edital prevê em seu objeto a contratação de “REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra

1 MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 13ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2001. Págs. 477/478.

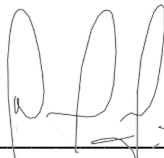
de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses”, referido anexo menciona “REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, aquisição, sob demanda, de OPME – ÓRTESE, PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS para atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses”, além de menção a número de processo e edital divergentes, situação a ensejar incerteza em termos da precisa contratação a ser licitada.

Referida inconsistência pode ensejar questionamentos acerca do objeto da licitação, eis que flagrante sua inadequação, razão pela qual se mostra igualmente necessária a retificação do Edital para adequação dos dados mencionados no referido Anexo VI.

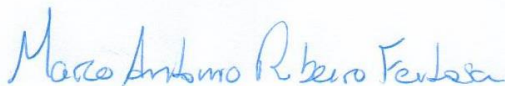
DO PEDIDO

Diante do exposto, respeitosamente requer, em caráter de urgência, de medida liminar acautelatória de **SUSTAÇÃO DO CERTAME IMPEDINDO O SEU PROSSEGUIMENTO, com a posterior correção do edital, excluindo-se as exigências ilegais em relação à exigência do documento mencionado na cláusula 20.6, excluindo-se a ilegal e restritiva determinação do método de esterilização, permitindo a contratação de esterilização por VBTF, além da retificação do Anexo VI do Edital**, bem como ciência da decisão da presente denúncia em Diário Oficial, com todas as publicações em nome do advogado co-signatário (Marco Antonio Ribeiro Feitosa, OAB/SP 200.096) e remessa de decisões ao endereço deste ou eletronicamente através do e-mail feitosa@rfbv.com.br, informando que igualmente está sendo providenciada a devida Representação junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, bem como o envio de representação ao Ministério Público para apuração de responsabilidades dos agentes públicos envolvidos em caso de não provimento da presente impugnação.

Nova Friburgo - RJ, 10 de novembro de 2021.



STERIMED CEDRAL SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA



Marco Antonio Ribeiro Feitosa
OAB/SP 200.096